XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

ENFERMAGEM, MOVIMENTO ESTUDANTIL E JUSTIÇA SOCIAL: A CONSCIÊNCIA POLÍTICA COMO FUNDAMENTO DO CUIDADO

José Samuel Bitú Holanda [1], Djair Oliveira Silva [2], Alícia Silva Dantas[3] Rachel Cardoso de Almeida[4]

Resumo: A enfermagem configura-se como uma prática social influenciada por exigências económicas e políticas de cada contexto histórico. Historicamente marcada por um modelo biomédico e conservador, a profissão enfrenta o desafio de engajar os estudantes nas discussões sociais. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre o movimento estudantil, a consciência política e o cuidado em enfermagem, sob a perspectiva da interseccionalidade. Trata-se de um estudo de reflexão, de caráter descritivo, construído a partir de uma busca na literatura, em bases de dados científicas pai; schrank; pedro, 2006; pires; melo, 2008; sousa et al., 2019; mendes, 1981; slaughter; leslie, 2001; costa; goulart, 2018; silva, 2017; netto; ramos, 2004; mota et al., 2018; neiva; nunes; gonçalves, 2013; araújo et al., 2018; serra junior; rocha, 2013; crenshaw, 1989), a fim de fundamentar a discussão proposta. Os resultados evidenciam que os Centros e Diretórios Académicos constituem espaços de formação política, que oportunizam discussões a fim de que os futuros enfermeiros possam compreender as desigualdades em saúde produzidas pelo entrecruzamento de género, raça, classe e território. Em um cenário de mercantilização do ensino e de ameaças aos sistemas públicos de saúde, a articulação entre o movimento estudantil e as organizações de classe revela-se indispensável para a afirmação da identidade e da autonomia profissional. Conclui-se que a consciência política, forjada nestes espaços coletivos, traduz-se numa prática de cuidado que ultrapassa a dimensão técnica, assumindo um compromisso ético com os direitos humanos, a justiça social e a justiça reprodutiva.

Palavras-chave: Educação em Enfermagem; Direitos Humanos; Interseccionalidade.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: samuel.bitu@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: djair.oliveira@urca.br
[3] Universidade Regional do Cariri, email: alicia.silva@urca.br
[4] Universidade Regional do Cariri, email: rachel.almeida@urca.br

1. Introdução

A enfermagem configura-se como uma prática social que responde às exigências econômicas, políticas, sociais e ideológicas de cada contexto histórico (Pai; Schrank; Pedro, 2006). Contudo, a formação em enfermagem, marcada historicamente pelo modelo biomédico e por um caráter moral rígido e religioso, tendeu a afastar os estudantes das discussões políticas e do engajamento social (Pires; Melo, 2008). Nas últimas décadas, os Centros e Diretórios Acadêmicos têm se consolidado como espaços de expressão política e de formação cidadã, nos quais os discentes desenvolvem consciência crítica sobre a realidade social e o papel da profissão (Sousa *et al*., 2019).

A problemática que motiva esta reflexão reside na necessidade de compreender como a consciência política, construída nos movimentos estudantis, pode fundamentar um cuidado comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a justiça reprodutiva, considerando que as desigualdades em saúde são produzidas e reproduzidas por marcadores sociais de gênero, raça, classe e território que se entrecruzam.

A relevância do tema justifica-se pela urgência de uma enfermagem politizada, capaz de atuar como agente de transformação social diante dos retrocessos nas políticas públicas de saúde e da persistência de desigualdades estruturais, em um contexto de crise democrática e de desmonte do SUS (Araújo *et al*., 2018).

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre movimento estudantil, consciência política e cuidado em enfermagem, destacando a importância da formação política para uma prática profissional comprometida com a justiça social, sob a perspectiva da interseccionalidade.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo e reflexivo, construído a partir de uma busca na literatura, em bases de dados científicas, a fim de fundamentar a discussão proposta. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e na biblioteca virtual SciELO.

Utilizou-se o cruzamento dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Educação em Enfermagem”, “Política”, “Direitos Humanos” e “Organizações de Estudantes". O referencial teórico que sustenta a reflexão estrutura-se na crítica ao modelo biomédico tradicional (Pires; Melo, 2008) e na adoção da interseccionalidade como categoria analítica central (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019).

Este conceito é mobilizado para compreender como a sobreposição de marcadores de gênero, raça, classe e território produz iniquidades estruturais no SUS e demanda uma justiça social. A análise dialoga com a concepção de práxis e consciência crítica para fundamentar a atuação cidadã construída nos Centros, correlacionando o movimento estudantil ao desenvolvimento de um cuidado emancipatório em enfermagem (Sousa *et al*., 2019).

3. Resultados

A análise da literatura revela que o movimento estudantil, materializado nos Centros e Diretórios Acadêmicos, constitui-se como espaço privilegiado de formação política e de desenvolvimento da consciência crítica (Sousa *et al*., 2019). A trajetória histórica desse movimento evidencia o seu papel na luta pela democratização e pela defesa da educação pública, onde a participação em assembleias e fóruns possibilita aos estudantes compreenderem a realidade social (Mendes, 1981).

O enfermeiro necessita ocupar um espaço sociopolítico para atuar como protagonista na saúde (Pai; Schrank; Pedro, 2006). Historicamente, a formação em enfermagem foi marcada por um modelo conservador que limitou a autonomia e afastou as estudantes das lutas políticas (Pires; Melo, 2008), moldando relações de poder no processo de trabalho (Netto; Ramos, 2004). Contudo, o movimento contemporâneo tem superado esta alienação estruturada pela divisão sexual do trabalho, utilizando redes sociais para mobilização coletiva e defesa do SUS (Serra Junior; Rocha, 2013).

Apesar desses avanços, a formação política enfrenta desafios estruturais frente ao avanço do capitalismo acadêmico e das reformas neoliberais no ensino superior. Essas lógicas mercadológicas tratam a educação como produto e comprometem a formação cidadã (Slaughter; Leslie, 2001; Costa; Goulart, 2018). Nesse cenário, a autonomia do enfermeiro torna-se o elemento central para a resistência e a afirmação da identidade profissional diante das ameaças à qualidade do ensino (Mota *et al*., 2018).

A organização política por meio dos conselhos de classe revela-se fundamental na institucionalização do exercício profissional, potencializando a articulação estudantil por melhores condições de trabalho (Neiva; Nunes; Gonçalves, 2013). Torna-se imperativo que a categoria assuma o seu papel na defesa da democracia (Araújo *et al*., 2018). A partir da perspectiva interseccional, é possível traçar um paralelo crítico sobre os marcadores que atravessam a formação e o cuidado (Crenshaw, 1989).

A enfermagem, enquanto profissão feminizada, enfrenta uma divisão sexual que coloca os enfermeiros e enfermeiras em posição de subalternidade à medicina, hierarquia reproduzida nos espaços de decisão. No aspecto racial, a justiça reprodutiva exige que a profissão reconheça o racismo estrutural como determinante social, atuando na defesa das mulheres negras, indígenas e periféricas, visto que o respeito à autonomia é inseparável do compromisso ético e da justiça social (Silva, 2017).

A precarização do ensino atinge diferenciadamente os estudantes de classes populares, configurando a defesa da educação e do SUS também como uma luta de classe interseccional (Sousa *et al*., 2019). Ademais, a atuação em comunidades periféricas e rurais demanda que a consciência política se articule com os movimentos sociais locais, reconhecendo as populações LGBTQIA+ para garantir uma prática equânime e totalmente livre de discriminações (Serra Junior; Rocha, 2013).

Dessa forma, a consciência política, forjada nos movimentos estudantis e atravessada pela interseccionalidade, constitui-se como fundamento para um cuidado que ultrapassa a dimensão puramente técnica. A enfermagem tem o imenso potencial de

atua stiça
soci iplas
opre

4. Conclusão

A consciência política construída nos movimentos estudantis constitui fundamento essencial para o cuidado em enfermagem. A participação em Centros e Diretórios Acadêmicos, em mobilizações em defesa do SUS e em espaços de controle social possibilita aos estudantes desenvolverem uma compreensão crítica da realidade e do papel da profissão na transformação social.

Essa consciência traduz-se num cuidado integralmente comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a justiça reprodutiva. São dimensões que ultrapassam a visão puramente técnica da profissão e se inserem no campo da política e da cidadania, exigindo da enfermagem uma prática atenta às múltiplas vulnerabilidades dos sujeitos.

A perspectiva interseccional revela que as desigualdades em saúde são produzidas pelo entrecruzamento de gênero, raça, classe, território e sexualidade. Os desafios impostos pelo capitalismo acadêmico e pela crise democrática tornam ainda mais urgente a articulação da categoria.

Essa articulação deve envolver o movimento estudantil, os conselhos de classe e os movimentos sociais em rede. Conclui-se que a enfermagem necessita resgatar o protagonismo estudantil e profissional para consolidar uma prática emancipadora.

Essa postura política ativa é a única capaz de responder adequadamente aos desafios contemporâneos. Ao fortalecer a formação cidadã, a profissão contribui ativamente para a defesa democrática, para o fortalecimento do sistema público de saúde e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Referências

ARAÚJO, J. L.; FREITAS, R. J. M.; GUEDES, M. V. C. *et al*. Sistema Único de Saúde e democracia: a enfermagem no contexto de crise. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 71, n. 4, p. 2066-2071, 2018.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COSTA, C. F.; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n3/1679-3951-cebape-16-03-396.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

MENDES, A. Movimento estudantil no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Bucaramanga, v. 9, n. 2, p. 2215-2232, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216097320180002022 15&lng=en. Acesso em: 25 abr. 2019.

NEIVA, M. J. L. M. N.; NUNES, B. M. V. T.; GONÇALVES, L. C. Reflexões sobre a trajetória do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí. Enfermagem em Foco, Brasília, v. 4, n. 3-4, p. 184-186, 2013.

NETTO, L. F. S. A.; RAMOS, F. R. S. Considerações sobre o processo de construção da identidade do enfermeiro no cotidiano de trabalho. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 50-57, 2004.

PAI, D. D.; SCHRANK, G.; PEDRO, E. N. R. O enfermeiro como ser sócio-político: refletindo a visibilidade da profissão do cuidado. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 82-87, 2006.

PIRES, C. D. O.; MELO, C. M. M. Gênese do movimento estudantil na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (1947-1959). Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 437-443, 2008.

SERRA JUNIOR, G. C.; ROCHA, L. M. L. N. A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. Revista Kairós, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 205-213, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/06.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

SILVA, L. S. A. H. "Nada por nós, sem nós": lições sobre autonomia e cuidado com pessoas internadas em sofrimento psíquico. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6372/1/Luciana%20Silverio%20Alleluia%20Higino%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. Expanding and elaborating the concept of academic capitalism. Organization, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2001.

SOUSA, J. A. *et al*. Formação política na graduação em enfermagem: o movimento estudantil em defesa do SUS. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 5, p. 312-321, 2019.